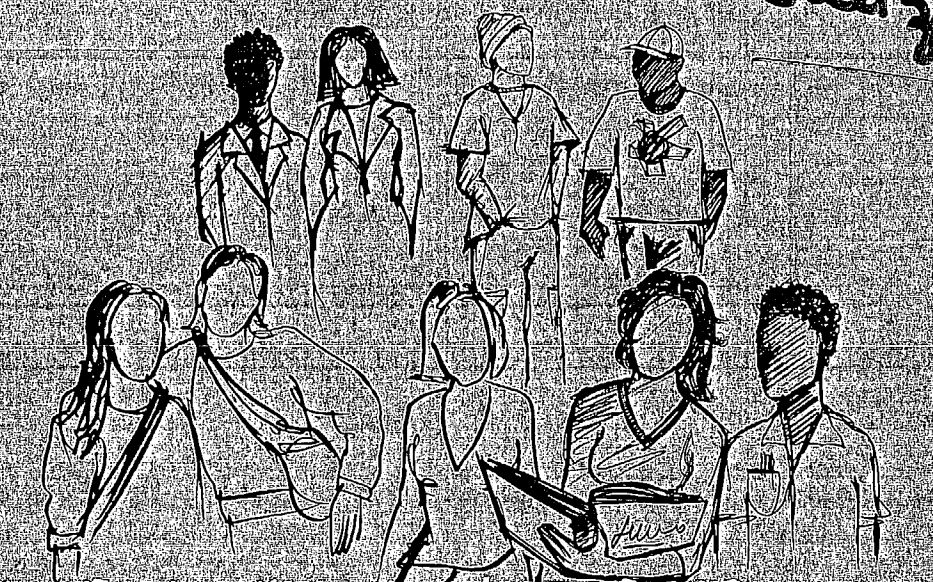


Sluzi



JUVENTUDE

e Sociedade

Trabalho, Educação, Cultura e Participação

Organizadores: Regina Novaes e Paulo Vannuchi

Renato Janine Ribeiro, Maria Victoria Benevides,
Isabel Cristina Moura Carvalho, Jurandir Freire Costa,
Maria Rita Kehl, Cynthia Andersen Sarti,
Luiz Eduardo Soares, Amélia Conn, Gaudêncio Frigotto,
Marcio Pochmann, Antonio Carlos Gomes da Costa,
Rubem Cesar Fernandes, Mary Garcia Castro



INSTITUTO
CIDADANIA



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Hamilton Pereira – presidente
Ricardo de Azevedo – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial
Flamarion Maués

Editora Assistente
Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial
Viviane Akemi Uemura

Instituto Cidadania
José Alberto de Camargo
Presidente

Paulo Vannuchi
Coordenador executivo

Diretores
Clara Ant
Flávio Jorge Rodrigues da Silva
João Antonio Felício
José de Filippi Júnior
Maria Victoria Benevides
Pascoal Bordignon
Paulo Okamoto
Pedro Paulo Martoni Branco

Preparação de texto
Márcio Guimarães de Araújo

Revisão
Maurício Balthazar Leal

Capa
Mário Pizzignacco

Editoração Eletrônica
Enrique Pablo Grande

1ª edição: junho de 2004
Copyright © 2004 by dos artigos: dos autores
Todos os direitos reservados

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 224
04117-091 – São Paulo – SP – Brasil
Telefone: (011) 5571-4299
Fax: (011) 5571-0910
Na internet: <http://www.fpabramo.org.br>
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Instituto Cidadania
Rua Pouso Alegre, 21
Ipiranga
04261-030 – São Paulo – SP
Fone: (11) 6915-7022
Na internet: <http://www.icidadania.org.br>
Correio eletrônico: icidadania@uol.com.br

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

Marcio Pochmann

Professor licenciado do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas. Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

Ao longo do ciclo da vida humana, a juventude tem sido identificada como uma fase etária intermediária, de transição da adolescência para a adulta. Devido a sua complexidade, essa fase etária, geralmente de dependência econômica e associada à educação e à formação — próxima da constituição de uma vida familiar e profissional própria —, vem deixando de ser cada vez mais um espaço de decisão privada para se transformar em agenda de intervenção pública.

Nas antigas sociedades agrárias, por exemplo, a criança de 5 a 6 anos já estava envolvida precocemente nas lidas domésticas e agropastoris, permanecendo comprometida com o trabalho voltado para o financiamento da sobrevivência até a proximidade da morte. Nessas condições, a fase juvenil estava espremida pelo compromisso com o trabalho, praticamente associado à decisão privada, sem interferência pública.

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

Na transição das sociedades agrárias para as sociedades urbanas e industriais, aparecem medidas de interferência pública voltadas para a emancipação da criança e do adolescente da condição de trabalho para a sobrevivência. Por intermédio da proibição do trabalho para a faixa de até 15 anos, tornou-se possível envolver, sobretudo, os filhos das classes trabalhadoras com a educação, postergando o ingresso no mercado de trabalho.

Mas isso somente virou uma realidade a partir da implementação de políticas públicas direcionadas à construção de fundos públicos. Por meio de reformas tributárias, que capturavam parcela da renda dos ricos, foram encontradas formas públicas de financiamento da inatividade de crianças e adolescentes, pela oferta seja de serviços, como escola pública, seja de benefícios, como alimentação e renda (bolsa de estudo), fundamentais para que os filhos das classes trabalhadoras tivessem acesso ao que somente era assegurado aos filhos das classes dominantes.

Foi nesse sentido que avançou o papel do Estado, procurando tornar suas políticas direcionadas às mais diversas áreas (educação, saúde, transporte, trabalho, entre outras) compatíveis com a ampliação etária da fase juvenil. Tanto assim que se observa atualmente nos países desenvolvidos uma presença apenas residual de pessoas de 15 a 24 anos no mercado de trabalho. Porém, toda essa construção se transformou agora em uma necessidade. Desde o último quartel do século XX, quando se consolida uma nova transição das sociedades industriais para as chamadas sociedades do conhecimento, tem sido aberta uma oportunidade histórica de libertação da juventude da condenação ao trabalho pela sobrevivência.

A maior parte dos jovens procura hoje perseguir o ciclo educacional, postergando o ingresso ao mercado de trabalho para depois dos 20 anos, quando se encontra mais preparada para disputar as melhores oportunidades de trabalho e renda. Todavia, a natureza de classes das sociedades impede que a condição juvenil possa ser tratada como se fosse uma temática simplesmente homogênea. Até pouco tempo atrás, apenas os filhos das classes dirigentes ingressavam no mercado de trabalho após concluir o ensino universitário. Apenas eles detinham condições próprias de financiamento da inatividade.

Foi com o avanço das políticas públicas endereçadas ao financiamento da inatividade dos jovens por intermédio de bolsas de estudo, como forma de elevar a escolaridade e a formação para todos os jovens, que as condições

de disputa no mercado de trabalho melhoraram. Trata-se de uma condição essencial, uma vez que o conhecimento torna-se cada vez mais o elemento decisivo na trajetória ocupacional.

Naturalmente há ainda diferenças gritantes quando se observa o modo de vida e de inserção no trabalho referente ao jovem pertencente à família pobre e ao jovem pertencente à família rica. Porém esse quadro torna-se ainda mais preocupante quando se percebe que a universalização das políticas públicas, a partir da constituição do chamado Estado de bem-estar social, desde o final do século XIX – que contribuiu inegavelmente para amenizar as diferenças existentes entre jovens numa sociedade de classes –, está sofrendo forte questionamento. Tal questionamento do Estado de bem-estar social por parte das políticas de corte neoliberal e as transformações importantes na dinâmica capitalista desde o último quartel do século XX recolocaram a temática da juventude muito mais como um problema e menos como uma oportunidade.

Diante disso, pretende-se contribuir positivamente na reflexão das perspectivas da atual condição juvenil ante a complexidade atinente à passagem da adolescência para a vida adulta. Investigam-se, inicialmente, alguns dos desafios da transição etária num quadro de elevação considerável da expectativa média de vida e, posteriormente, busca-se tratar da condição juvenil exposta a partir de uma estrutura de classes no Brasil, especialmente no que diz respeito às conseqüências da ausência de perspectivas positivas do emprego e da mobilidade social, tais como a emergência da violência e a migração internacional.

1. Turbulências na transição juvenil

Nas análises realizadas sobre a condição juvenil sobressaem na maior parte das vezes duas abordagens distintas. De um lado, o enfoque biopsicológico busca retratar os saberes do *ser jovem* vinculado à temática da transitoriedade, que emerge sobretudo da incerteza e da instabilidade presentes na transição da fase da adolescência para a adulta. De outro, o enfoque teórico sociocultural procura considerar a natureza das formas de *ser jovem* num ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gostos específicos no vestir, relacionamento em grupo, namoro, dança, música, entre outras medidas sempre em modificação.

Não causa surpresa, portanto, reconhecer que o componente etário que marca a juventude está condicionado a situações biopsicológicas e socioculturais temporárias e provisórias de identificação, com legitimação e representação próprias. Para alguns¹, entretanto, tal concepção revelaria tanto uma concepção etapista do ciclo da vida como um comportamento desviante do sujeito jovem na evolução da sociedade.

Por isso mesmo, torna-se simplificada demais a identificação da condição juvenil tão-somente pelo critério etário. Justamente porque a fase tipicamente transitória da juventude encontra-se identificada por uma determinação cultural no interior de cada sociedade, para além dos limites meramente fisiológicos².

Desse modo, é claro, todos esses movimentos tendem a estar contaminados pela distribuição do tempo ao longo do ciclo de vida humano. Alterações na temporalidade da vida e transformações na estrutura econômica repercutem direta e indiretamente sobre a condição juvenil, conforme se procura a seguir analisar.

1.1 Alongamento da expectativa de vida

Ao longo do século XX, a esperança de vida ao nascer do brasileiro aumentou consideravelmente. Em 100 anos, a expectativa média de vida ao nascer simplesmente dobrou, passando de 33,4 anos para 63,5 anos para o homem e de 34,6 anos para 70,9 anos no caso da mulher.

Nas próximas três décadas é possível que a expectativa média de vida do brasileiro alcance a casa dos 80 anos, igualando-se ao que hoje é realidade na maioria dos países desenvolvidos. No Japão, na França, na Austrália, entre outros países com expectativa média de vida ao nascer superior atualmente aos 80 anos, torna-se possível superar a barreira dos 100 anos nas próximas décadas.

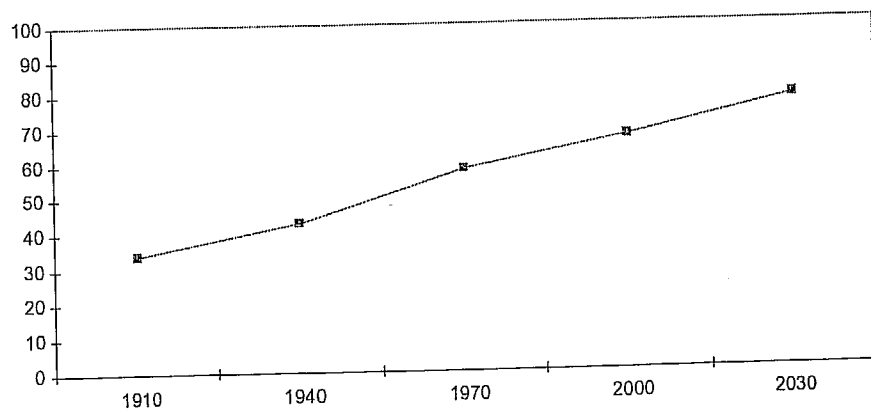
1. Sobre isso ver mais em Melucci, A. (1997), "Juventude, tempo e movimentos sociais". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, número especial, p. 5-14; M. Sposito (1997), "Estudos sobre juventude em educação". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, número especial, p. 37-52.

2. Ver mais em Zucchetti, D. (2003), *Jovens*. Novo Hamburgo: Feevale; Balandier, G. (1997) *A desordem*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil; Waiselfisz, J. (2004) *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Brasília, Unesco.

Em razão disso, já é considerável a quantidade de países que abandonaram o conceito de juventude circunscrito à faixa etária de 15 a 24 anos³ (BOURDER, 1995; PEDRAZZINI, 1994). Parte-se do pressuposto de que a tradicional transição da adolescência para a fase adulta, estimada em 9 anos, passa a ser cada vez mais insuficiente para dar conta da crescente complexidade do tradicional ciclo de vida (bebê, infância, adolescência, juventude, vida adulta e velhice).

Talvez adequada 100 anos atrás, quando a expectativa de vida ao nascer encontrava-se um pouco acima de 30 anos, a faixa etária de 15 a 24 anos poderia indicar precisamente um período de tempo compatível com a idéia de transitoriedade que marca a condição juvenil. Atualmente, quando a expectativa média de vida encontra-se ao redor dos 70 anos no Brasil, aproximando-se rapidamente dos 100 anos para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que houve o alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade.

Gráfico 1: Brasil
Evolução da expectativa de vida ao nascer



Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*.

* projeção

3. Para maiores detalhes ver: Pedrazzini, Y. et alii (1994) *Jeunes en révolte et changement social*. Paris, l'Harmattan; Bourder, A. et alii (1995) "Analyse statistique de la situations des jeunes em Europe". Paris, *La Revue de l'Ires*, 12.

Não se trata, evidentemente, de uma mera ampliação da temporalidade que contabiliza a fase juvenil. Trata-se, fundamentalmente, do reconhecimento necessário de que a transição da adolescência para a vida adulta está muito mais complexa do que era no passado, estando a exigir uma agenda pública mais específica voltada para uma faixa etária maior.

1.2 Complexidades na unidade familiar

Parte importante dos indicadores tradicionalmente utilizados para definir a fase juvenil na sociedade atual encontra-se fragilizada diante da maior complexidade da transição da adolescência para o ser adulto. Exemplos disso podem ser verificados nas múltiplas possibilidades abertas ao segmento etário de 15 a 24 anos de idade, como: (i) o exercício do trabalho; (ii) a situação de desemprego recorrente; (iii) a condição antecipada de pai ou mãe, com família constituída ou mesmo isoladamente; (iv) a fase de estudo com residência distante dos pais, e dependente deles; (v) a fase de estudo com residência junto dos pais, e dependente deles; (vi) a fase de estudo com vida independente e com família própria; (vii) a situação de possuir mais de 24 anos na situação de desempregado ou de ocupação com rendimento insuficiente, o que torna ainda dependente da ajuda dos pais, entre outras.

Nesse sentido, a faixa etária de 15 a 24 anos deixa de ser satisfatória para revelar a passagem do sistema escolar para o mundo do trabalho, mesmo como uma preparação para o ingresso na vida adulta. Nos dias de hoje, tende-se a acreditar que mesmo a formação definitiva na fase adulta pode não ser suficiente para dar conta da condição de independência econômica familiar.

É nesse sentido que a dependência econômica estendida no tempo por parte dos jovens representa contínua subordinação aos pais, culminando em possíveis embates intergeracionais até então pouco conhecidos. Certamente, o indefinido processo de idas e vindas presente na condição juvenil tem provocado recorrentemente tensões entre pais e filhos. É também por essa via que, *a priori*, a fase de vida juvenil está repercutindo direta e indiretamente na unidade familiar. De um lado, a constituição de famílias monoparentais tem como ponto de partida, muitas vezes, a situação desestruturada que se origina justamente de uma possível transição incompleta da adolescência para a fase adulta.

A presença importante de famílias monoparentais na condição da juventude é tributária da complexidade que representa atualmente a constituição de uma vida própria familiar, diferente do que havia sido a trajetória de gerações anteriores. Tudo isso ainda assume maior complexidade diante dos desafios envolvidos no sistema de educação formal e nos diversos segmentos ocupacionais no interior do mercado de trabalho.

De outro lado, a unidade familiar termina por absorver as consequências derivadas da disfunção observada entre o estágio alcançado pela autonomia antecipada da função reprodutora de parte do jovem (filhos precoces) e a condição cada vez mais postergada da independência econômica possível pelo trabalho (ocupação, subemprego e desemprego recorrente).

Assim, jovens em condições de inserção no mercado de trabalho superiores aos dos pais, em termos de escolaridade e formação profissional, encontram-se diante da frustração do desemprego recorrente ou da desolação da ocupação de baixa remuneração, responsável pela incapacidade de alcançar a independência econômica. Aos pais resta, muitas vezes, o ceticismo de um certo fracasso associado à educação ofertada aos filhos, que tende a ser vista como inadequada para viabilizar o sucesso no mercado de trabalho.

Nesses termos, a mobilidade social, que consistiu numa espécie de *charme* histórico do capitalismo no Brasil, tornou-se elemento central da complexa unidade familiar. Na maior parte das vezes, os jovens não conseguem obter condições de vida e trabalho superiores às de seus pais, mesmo possuindo níveis de escolaridade e formação profissional superiores. Quando muito, registra-se imobilidade social, mas a regressão intergeracional no trabalho está se tornando comum, sobretudo no rendimento⁴.

1.3 Sociedade do conhecimento

A natureza das transformações no modo de produção capitalista desde o final do século passado tem influenciado decisivamente o papel

4. Sobre isso ver mais em Jannuzzi, P. (2002) "Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990". *Economia e sociedade*, vol. 11 (19), p. 238-255. Campinas, IE/Unicamp.

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

que a educação e a formação profissional possuem na inserção e na trajetória ocupacional ao longo da vida útil das pessoas. Com isso, passou-se a considerar cada vez mais as inadequações existentes no formato da transição do atual sistema educacional para o cada vez mais complexo mundo do trabalho.

Nesse caso, a transição da sociedade industrial para a chamada sociedade do conhecimento estaria exigindo uma maior preparação em termos de educação e formação, contradizendo, de forma geral, o período fordista anterior. Em razão disso, o tempo de preparação para o ingresso no mercado de trabalho passa a ser maior, assim como a educação e a formação precisam ser continuadas ao longo da vida útil das classes trabalhadoras.

Isso aparece justamente porque a fase de transição da economia tradicional para uma nova economia estaria a exigir uma educação geral ampliada e formação continuada ao longo do ciclo de vida ativa das classes trabalhadoras, como forma de alcançar a transdisciplinaridade do conhecimento e possibilitar a contínua transferência tecnológica, numa sincronia direta entre o sistema educacional e o mundo do trabalho.

O novo compromisso do sistema educacional e de formação profissional se daria com forte ênfase na etapa inicial e teria continuidade ao longo da vida ativa, não mais e tão-somente concentrado e restrito à fase etária precoce. A educação geral, portanto, exigiria mais tempo de vida da juventude, comprometida, desde já, com a aprendizagem teórica e prática, capaz de potencializar as oportunidades do conhecimento. Assim, somente a postergação do ingresso do jovem no mercado de trabalho é coetânea com os desafios da sociedade do conhecimento.

Destaca-se também, do papel da educação na sociedade do conhecimento, a exigência de identificação das competências laborais. Em síntese, a capacidade de o trabalhador dominar o conjunto de tarefas que configuram uma determinada função, principalmente pela situação geral de maior concorrência no interior do mercado de trabalho e pelo surgimento de novas funções ocupacionais. Não por acaso, são as instituições de ensino existentes (universidades, escolas etc.) que assumem maior e inovador compromisso com a sociedade do conhecimento, somado a menor exclusão social.

Quadro 1
Alterações na base da capacitação profissional

| Economia tradicional | Nova economia | Alterações na formação |
|---|---|---|
| - Baixa profissionalização e altos salários | - Diferenciação nas profissões e nos salários | - Diversificação dos programas de formação |
| - Alta organização, burocrática e hierarquizada | - Organização baixa, com ênfase na flexibilidade funcional | - Valorização da certificação e competência laboral |
| - Ocupação em massa e padronizada | - Fragmentação e polarização da força de trabalho, com um núcleo estável e a maior parte instável | - Formação generalizada, porém com diferenciação por funções |
| - Divisão entre administração e trabalho na produção | - Redução dos graus de diferenciação entre níveis de gerência, supervisão e produção | - Especialização flexível e formação multidisciplinar |
| - Maior parte dos trabalhadores recebe uma formação mínima sobre o trabalho | - Formação orientada pela demanda de força de trabalho, com uso de programas públicos de formação | - Formação como investimento nacional, sendo o Estado um ator estratégico |

Fonte: POCHMANN, M. 2001 *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo.

Nesse sentido, a experiência internacional aponta, na maior parte das vezes, para a existência de sistemas educacionais e de formação acompanhados por diferentes políticas de capacitação e treinamento. Mais recentemente, as ações voltadas para a formação tendem a incorporar múltiplos programas e redes de cooperação de ensino e aprendizagem.

Comparativamente, o Brasil encontra-se ainda defasado, com sistema educacional inadequado para a maioria dos jovens, não permitindo que todos completem o ensino médio. Se há problemas de natureza quantitativa já identificados, maiores são ainda os problemas de qualidade do ensino médio e superior.

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

Por tudo isso, o resgate do papel da educação e da formação aponta para o atendimento de exigências inexoráveis da sociedade do conhecimento. Simultaneamente, assume maior relevância a postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, permitindo disponibilizar a todos condições isonômicas de competição pelos postos de trabalho existentes e vagas de geração de trabalho e renda.

Quadro 2
Modelos de educação profissional

| Sistema de formação | Características gerais | Países |
|------------------------|--|--------------------------------|
| Centralidade da escola | Autonomia dos indivíduos na decisão sobre os investimentos em formação, com pluralidade na oferta de cursos, baixa qualificação reconhecida em nível nacional e formação específica na empresa | Estados Unidos e Canadá |
| Aprendizagem formativa | Co-determinação dos atores na formação, com certificação de habilidades e fortes incentivos à formação | Suíça, Áustria e Alemanha |
| Estado como guia | Formação geral (escola) e específica (empresa) financiada pelo governo | Suécia e Noruega |
| Formação na empresa | Emprego para toda a vida, com a empresa fornecendo a formação geral e específica incorporada ao processo produtivo | Japão |
| Formação complementar | Financiamento entre os empresários, sem garantia de formação para desempregados e trabalhadores de pequenas empresas | Austrália, França e Inglaterra |

Fonte: POCHMANN, *op. cit.*

1.4 Desafios no mundo do trabalho

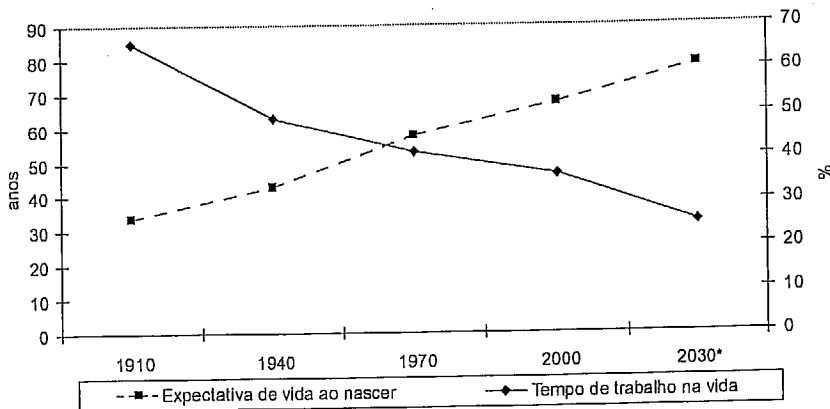
O trabalho apresenta diferentes identificações para o ser humano. Ele pode representar desde a situação de esforço, dor (*labor*) e obra (*opus*), ambos contrários ao ócio, até a condição essencial da própria vida, como bom tra-

balho, que liberta das necessidades limitadas à sobrevivência e oportuniza participação e inclusão social⁵.

Em síntese, o trabalho encontra-se vinculado ao desenvolvimento humano, especialmente na sua forma ontológica, que representa a capacidade do homem de transformar a si próprio e a natureza. Mas também, e principalmente, o trabalho na sua forma histórica tem sido mais visado como condição de financiamento da sobrevivência humana, nem sempre associado ao desenvolvimento humano.

Gráfico 2

Brasil – Evolução da expectativa média de vida ao nascer (em anos) e a participação relativa do trabalho no tempo de vida (em %)



Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil* (elaboração própria).
* projeção

De sua evolução histórica aos dias de hoje, passando pelas perspectivas futuras, o trabalho parece ser condição inalienável ao ser humano. É claro que o trabalho não representa uma condição homogênea para toda a

5. Para uma melhor discussão sobre o sentidos do trabalho ver Weber, M. (1980) *Os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural. 2ª edição; Arendt, H. (1995) *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense, 7ª edição; Marx, K. (1984) *O capital*. Livro primeiro, vol. I, Cap. I. São Paulo, Difel; Antunes, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo; Lafargue, P. (1999) *O direito à preguiça*. São Paulo, Hucitec; Boissonnat, J. (1998) *Horizontes do trabalho e do emprego*. São Paulo, LTr.

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

sociedade, combinando distintas situações de exercício de trabalho e de não-trabalho. Para alguns poucos segmentos populacionais, a vida nem sempre dependeu do trabalho, uma vez que a concentração da propriedade, do dinheiro e do poder permitiu viver à margem da condição do trabalho comum a todos.

No modo de produção capitalista, as classes trabalhadoras distinguem-se dos ricos justamente por não deterem a propriedade da terra e dos meios de produção. Somente pelo trabalho torna-se possível libertar-se da mera sobrevivência.

Com o avanço histórico das lutas sociais e políticas, as classes trabalhadoras alcançaram condições de trabalho mais civilizadas, em que a regulação do mercado viabilizou a redução de vários graus de exploração considerável. Antes disso, o tempo de vida estava condicionado basicamente ao trabalho, uma vez que o exercício do trabalho exigia o cumprimento de jornada diária de 16 a 18 horas, sem descanso semanal, férias, feriados e aposentadorias. Resumidamente, não havia para as classes trabalhadoras possibilidade de viver sem o trabalho.

Além do exercício contínuo do trabalho ao longo do ciclo de vida humano, o ingresso no mercado de trabalho ocorria nas faixas etárias mais precoces possíveis (5 a 6 anos). Não havia possibilidades generalizadas de inatividade, fazendo com que o fim da condição de trabalhador somente terminasse com a chegada da morte.

Nesses termos, o trabalho terminava consumindo quase 70% de todo o tempo de vida humana. Para uma população com a expectativa média de vida um pouco acima dos 30 anos, viver era fundamentalmente trabalhar, com o ingresso no mundo do trabalho muito precocemente.

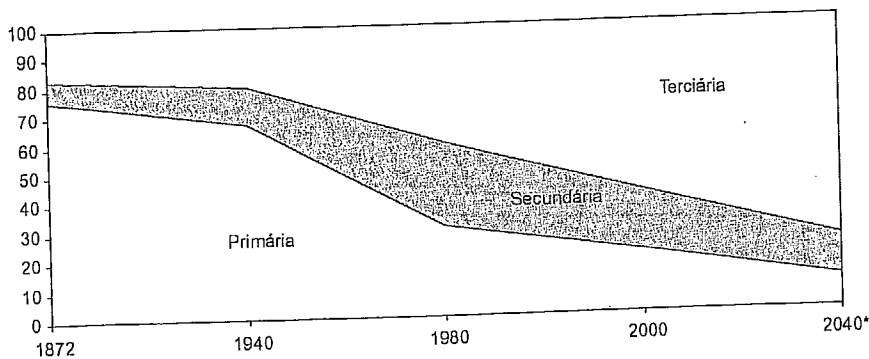
Com toda luta social que permitiu avançar as conquistas sociais e trabalhistas, as classes trabalhadoras foram obtendo redução importante na jornada de trabalho, com introdução de limites inferiores e superiores para o ingresso e a saída do mercado de trabalho. A legislação de trabalho do menor, por exemplo, inibiu o ingresso precoce no mercado de trabalho de crianças e adolescentes, enquanto a implementação de sistemas de aposentadoria e pensão permitiu às classes trabalhadoras usufruírem a condição da inatividade remunerada com recursos de fundos contributivos de verbas orçamentárias.

Dessa forma, o trabalho em relação ao tempo total de vida perdeu importância relativa, sendo reduzido em mais da metade em um período de apenas seis décadas. A diminuição do tempo de trabalho, contudo – e isso é importante –, não significou necessariamente a ampliação do tempo livre, gasto autonomamente pelas classes trabalhadoras.

Pelo contrário, com a urbanização das atividades econômicas e o aumento das distâncias entre a moradia e o local de trabalho, notou-se que o tempo livre ficou prisioneiro do tempo de não-trabalho comprometido indiretamente com o exercício do próprio trabalho para atender a sobrevivência. Ou seja, o tempo gasto e não pago no deslocamento de casa ao trabalho e vice-versa, com fazer compras de bens e serviços para a sobrevivência, com o pagamento de contas, com o levar dependentes ao colégio, entre outras atividades, não representa tempo livre, a ser gasto autonomamente.

Mas a redução do tempo de trabalho em relação ao aumento da expectativa de vida impôs, em contrapartida, modificações substanciais na condição de vida de todos aqueles que dependem do trabalho humano para viver. Também a drástica alteração na composição da ocupação apontou para distintas possibilidades de exercício do trabalho e do não-trabalho.

Gráfico 3
Brasil – Evolução da composição das ocupações
por setores de atividade econômica



Fonte: IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*.
* projeção

Juventude em busca de novos caminhos no Brasil

No setor primário da economia (agricultura, pecuária e extrativismo), por exemplo, o trabalho seria, em geral, mais extenso, dependente das condições climáticas e de maior instabilidade no rendimento do que o verificado nos setores secundário (indústria e construção) e terciário (serviços e comércio). Somado a isso, a chegada da tecnologia ao campo e a expansão das fronteiras da produção rural capitalista expulsaram grandes contingentes populacionais das atividades agropastoris. O resultado foi um significativo decréscimo da participação relativa das ocupações primárias no total da ocupação ao longo do tempo. Mas esse movimento não apontou apenas para a predominância do trabalho urbano em sua forma industrial. Foi o terciário o principal setor de atividade econômica responsável pela absorção de maior parte da população ocupada, sobretudo na transição rural-urbana, patrocinada pela ausência da reforma agrária e pela violência do êxodo rural no Brasil.

Nesse contexto, o peso da juventude no mercado de trabalho foi substancialmente revisado. Inicialmente, o emprego de crianças e adolescentes era expressivo na condição de trabalho até as primeiras décadas do século passado.

Mas foi com a conscientização social e o estabelecimento de legislação apropriada que se tornou possível reduzir, posteriormente, a presença de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Apesar de argumentos ultrapassados e da pressão de conservadores, o Brasil avançou, oferecendo lentamente ao longo do tempo educação pública, alimentação escolar e garantia de renda às famílias pauperizadas, como condição de libertação da ocupação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Nos dias de hoje, por ainda haver parcelas importantes de crianças e adolescentes trabalhando, torna-se fundamental avançar na viabilização de condições que favoreçam a entrada mais tardia possível de jovens no mercado de trabalho. Nota-se que há no Brasil, para cada dez jovens, quase sete ativos no mercado de trabalho. Nos países desenvolvidos, a presença de jovens no mercado de trabalho é muito menor, chegando a apenas um ativo para cada nove inativos.

Em síntese, a postergação da inatividade juvenil possibilita a ampliação da escolaridade e a melhor preparação para o ingresso no mercado de trabalho o mais tardiamente possível. Para isso torna-se fundamental o fim da condenação ao trabalho precoce para a maior parte dos jovens brasileiros, o que somente seria possível com a implementação de um programa nacional

de transferência de renda capaz de financiar a inatividade, assim como ocorre privadamente aos jovens pertencentes às famílias ricas.

A experiência inédita do Programa Bolsa Trabalho – um dos nove programas pertencentes à estratégia de inclusão social da Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo – aponta para a elevação da escolaridade e a simultânea postergação do ingresso do jovem de menor renda no mercado de trabalho. Em contrapartida, oferece a mais de 50 mil jovens uma garantia temporária de renda associada à aprendizagem teórica e prática em atividades comunitárias.

2. Diversidade juvenil na sociedade de classes

A diversidade na fase juvenil identificada numa sociedade de classes tende a ser geralmente obscurecida pelo retrato que se constitui geralmente associado à identificação de uma fase dourada. Isso acontece freqüentemente porque a referência das informações sobre a juventude concentra-se, na maior parte das vezes, nos jovens pertencentes às camadas privilegiadas, como, no passado, à monarquia e, no presente, à burguesia, em contraponto aos jovens escravos e filhos de pais pobres⁶.

No Brasil isso não é diferente. Ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todos. O modo de ser jovem difere muito, principalmente quando há diferenças significativas entre estratos de renda no conjunto da população.

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. O contrário parece ocorrer para os jovens filhos de pais de classes média e alta, que possuem, em geral,

6. Para uma revisão da literatura acerca da visão sobre jovens ver: Levi, G. & Schmitt, J. (1996) *História dos jovens*. São Paulo, Cia das Letras; Abramo, H. (1997) "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil", *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, núm. especial; Melucci, A. & Fabrini, A. (1992) *L'età dell'oro*. Milano, Feltrinelli.

condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho. Assim, terminam por obter acesso às principais vagas disponíveis, com maior remuneração e em postos de direção no interior da hierarquia do trabalho.

Mesmo numa possível situação nacional de pleno emprego, por exemplo, o Brasil continuaria a reproduzir a desigualdade entre ricos e pobres no interior do mercado de trabalho. Isso significa dizer que o funcionamento do mercado de trabalho termina por ampliar as diferenças originárias de uma sociedade de classes

Desde o início da década de 1980, quando o país abandonou seu projeto de industrialização nacional, o mercado de trabalho tornou-se extremamente desfavorável ao conjunto das classes trabalhadoras, especialmente aos jovens. A piora da ocupação em geral atingiu, sobretudo, o segmento etário entre 15 e 24 anos a partir de 1990, com a predominância da adoção de políticas de corte neoliberal⁷.

2.1 A crise da ocupação juvenil

Em pleno limiar do século XXI, a participação relativa do segmento etário de 15 a 24 anos no total da População Economicamente Ativa (PEA) é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. Enquanto a taxa de desemprego aberto dos jovens gira em torno dos 18%, a taxa média nacional esteve em 9,4% do total da força de trabalho, segundo o IBGE (PNAD), no ano de 2001.

Além disso, nota-se também que do total de 33,5 milhões de jovens apenas 38% (12,6 milhões) eram inativos, 62% participavam da PEA; aproximadamente outros 51% (16,8 milhões) possuíam algum vínculo empregatício e 11% (3,7 milhões) estavam desempregados. Somente a metade do total da população juvenil estudava, sendo a maior parte fora da respectiva série escolar.

A maior parte dos que não estudavam era composta de jovens que trabalhavam. Isto é, 10,6 milhões de jovens trabalhavam, porém não estudavam. Da mesma forma, percebe-se que entre os jovens inativos havia 35,3%

7. Para isso ver Pochmann, M. (1998) *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. Campinas, IE/Unicamp; SDTS (2002) *Desemprego juvenil no Brasil*. São Paulo, SDTS/PMSR.

que não estudavam, não trabalhavam nem procuravam emprego: algo em torno de 4,5 milhões de brasileiros (13,6% de todos os jovens no país).

Possivelmente isso aponta uma situação de inatividade forçada, que se associa ao curso da nova exclusão no Brasil. Isso se expressa e se reflete, em grande medida, em relação à escolaridade, logo que do total dos jovens que estudam 43,2% estavam no ensino fundamental, 43,5% estavam cursando o ensino médio e apenas 13,3% estavam no ensino superior.

Por outro lado, quando se leva em consideração os níveis de renda diferenciados, podem ser identificadas enormes desigualdades nas oportunidades de educação e trabalho entre os jovens. Constata-se que, na ocupação, são os jovens pertencentes às famílias de maior renda aqueles com maior acesso ao trabalho assalariado (77,1%), sendo que 49,0% dos jovens ricos que trabalham possuem contrato formal.

Para os jovens pertencentes às famílias de baixa renda, somente 41,4% possuem empregos assalariados, sendo ainda bem menor o contingente de ocupados assalariados com contrato formal (25,7%). Sem acesso ao assalariamento e sobretudo ao contrato formal, há inequivocamente maior exclusão dos benefícios da legislação social e trabalhista para os jovens de baixa renda no Brasil.

No caso das categorias ocupacionais, observa-se também uma forte desigualdade entre jovens ricos e pobres. A presença de jovens de maior renda no trabalho doméstico é residual (7,9%), sendo que apenas 7% percebem algum rendimento desse trabalho. No caso dos jovens de baixa renda, a participação no trabalho doméstico é de quase a metade (46,2%), com mais de 26,8% remunerados.

Ainda em relação ao funcionamento do mercado de trabalho, verifica-se que o desemprego de jovens de baixa renda é bem maior (26,2%) do que o desemprego dos jovens de renda elevada (11,6%). Por fim, cabe ainda destacar a relação entre nível de renda e educação, uma vez que entre os jovens pobres apenas 38,1% estudavam, enquanto entre os jovens ricos inativos 80% estudavam.

Além das dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho no Brasil, deve-se considerar as conseqüências negativas disso tudo para a juventude. Mais uma vez, observa-se que a natureza de classe da sociedade brasileira impõe condições diferenciadas à juventude.

Para parcela significativa de jovens filhos de pais pertencentes às classes de renda média e alta tem havido uma pressão considerável para o abandono do país em busca de melhores perspectivas ocupacionais e de renda, enquanto aos jovens filhos de pais pobres a violência tem emergido em meio à falta de um horizonte de ocupação e renda decente.

2.2 Mortes violentas entre jovens

No Brasil, o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total de mortalidade verificada na faixa etária de 5 a 39 anos. Desse segmento, as mortes ocasionadas por homicídio somente entre os jovens de 15 a 24 anos, além de possuírem ainda maior significância relativa, vêm crescendo a cada ano, conforme atestam diversos estudos realizados no Brasil.⁸

Ademais da imersão de grande parte da juventude brasileira no amplo ambiente da violência, chama a atenção o fato de o país registrar indicadores de mortalidade por homicídio elevados em termos internacionais. O coeficiente de mortalidade por homicídio na faixa etária de 15 a 24 anos chega a ser, por exemplo, superior ao de países em situação de fortes conflitos abertos, seja para o sexo masculino, seja para o sexo feminino.

No ano de 1997, por exemplo, a taxa de homicídio por 100 mil habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos foi de 80,4 por 100 mil habitantes do sexo masculino no Brasil (6,4 por 100 mil habitantes do sexo feminino); nos Estados Unidos foi de 27,9 por 100 mil habitantes do sexo masculino (4,7 por 100 mil habitantes do sexo feminino) e na Armênia de 2,1 por 100 mil habitantes do sexo masculino (0,6 por 100 mil habitantes do sexo feminino). Ademais, nota-se que o conjunto de jovens que foram assassinados no Brasil por ano é muito maior do que em países que apresentam situações de conflitos abertos, como Croácia, Eslovênia, Irlanda do Norte e Israel.

8. A literatura existente no Brasil é bastante clara sobre a violência na juventude. Sobre isso, ver mais em Gawryszewski, U. (1991) *A mortalidade por causas externas no município de São Paulo*. São Paulo, FSP/USP; Jorge, M. (1998) "Como morrem nossos jovens". In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD; Adorno, S. (1998) "Violência criminal no Brasil". In: *Seminário nacional sobre emprego e violência*. Brasília, CNPD.

A partir de 1980, observa-se como aumentou a quantidade de mortes por causa externa (acidente de trânsito, suicídio, homicídio, entre outras) entre jovens. No ano de 2001, por exemplo, 32.250 jovens morreram por causas não-naturais, enquanto em 1990 foram 25.258 e, em 1980, 16.903 mortes. Ou seja, em 21 anos, as mortes violentas entre jovens no Brasil simplesmente dobraram.

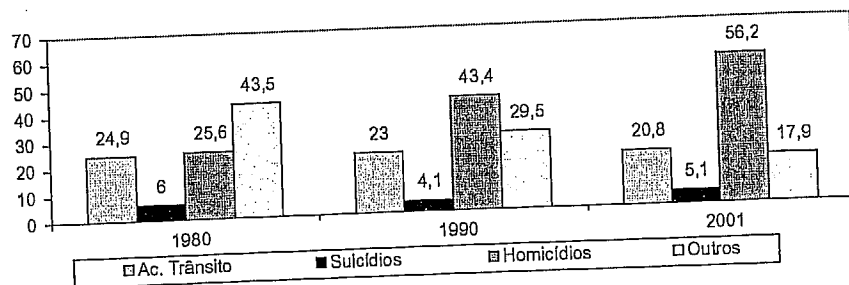
Tabela 1
Coeficiente de mortalidade por homicídio e participação dos homicídios no total das mortes na faixa etária de 15 a 24 anos em 19 países selecionados

| País e ano de referência | Coeficiente de mortes por homicídio (por 100 mil habitantes) | | Participação dos homicídios no total das mortes (em %) | |
|--------------------------|--|----------|--|----------|
| | Masculino | Feminino | Masculino | Feminino |
| Alemanha (1997) | 1,3 | 0,6 | 1,60 | 2,00 |
| Argentina (1996) | 10,7 | 2,0 | 6,55 | 7,36 |
| Armênia (1997) | 2,1 | 0,6 | 2,05 | 2,12 |
| Austrália (1995) | 2,7 | 2,3 | 2,15 | 1,89 |
| Brasil (1999) | 86,7 | 6,5 | 41,83 | 11,36 |
| Canadá (1995) | 3,0 | 1,6 | 1,54 | 1,41 |
| Chile (1995) | 6,1 | 0,8 | 4,78 | 3,94 |
| Croácia (1997) | 3,5 | 0,1 | 3,21 | 2,06 |
| Eslovênia (1997) | 1,3 | 2,1 | 1,32 | 7,31 |
| Espanha (1995) | 1,3 | 0,3 | 1,48 | 0,96 |
| Estados Unidos (1997) | 27,9 | 4,7 | 22,48 | 10,23 |
| França (1996) | 1,2 | 0,6 | 1,35 | 1,67 |
| Irlanda (1997) | 4,9 | 0,9 | 5,36 | 3,23 |
| Israel (1996) | 1,9 | 0,6 | 2,63 | 2,40 |
| Itália (1995) | 2,6 | 0,6 | 2,91 | 2,32 |
| Japão (1997) | 0,5 | 0,3 | 0,88 | 1,15 |
| México (1995) | 39,7 | 3,9 | 21,5 ^B | 14,65 |
| Rússia (1997) | 30,0 | 8,6 | 10,51 | 9,80 |
| Suécia (1996) | 0,7 | 0,6 | 1,52 | 2,44 |

Fonte: *World Health Statistics Annual*, vários anos.

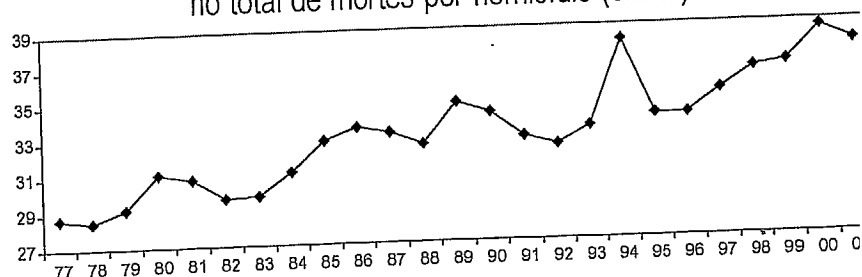
Entre o conjunto das causas externas, as mortes por homicídio são as que mais crescem, deixando de representar 25,6%, em 1980, para responder por 37,8% em 2001. Na medida em que aumentou a participação relativa das mortes provocadas por homicídios no total de mortos anualmente entre os jovens, reduziu-se a participação relativa das mortes por suicídio e por acidente de trânsito no Brasil. Em síntese, os homicídios entre jovens dobraram em relação ao total das mortes violentas.

Gráfico 4
Brasil – Composição do total de mortes por causas externas na faixa etária de 15 a 24 anos (em %)



Fonte: *Datasus*.

Gráfico 5
Brasil – Participação da faixa etária de 15 a 24 anos no total de mortes por homicídio (em %)



Fonte: SIM-MS (Elaboração SDTS/PMSP).

O adicional de mortes por homicídio entre jovens tem sido crescente ao longo das últimas duas décadas. Com isso, aumentou continuamente a participação dos jovens no total das mortes ocorridas por homicídio no Brasil.

saindo de 28,8% na década de 1970, passando por 31,9% na década de 1980 e chegando a 34,7% na década de 1990.

O ambiente em que ocorrem as mortes por homicídio entre jovens, embora diga respeito a um conjunto grande de motivos, está relacionado sobretudo ao grau de vulnerabilidade juvenil. Nesse sentido, a desigualdade de renda e de oportunidades contribui decisivamente para a produção e a reprodução da violência juvenil⁹.

2.3 Emigração internacional

Ao longo dos cinco séculos que o constituem, o Brasil foi reconhecido por receber imigrantes de quase todos os países do mundo. Somente a partir do século XX se reduziu o movimento de imigrantes estrangeiros no Brasil.

Tudo isso trouxe forte influência na composição etária da população brasileira. De 1890 a 1920, o aumento da imigração estrangeira contribuiu para a maior pressão demográfica, tendo o segmento juvenil aumentado 4,3% ao ano, ante a elevação de 3,9% ao ano da população total. No período subsequente, entre 1920 e 1960, por exemplo, a população total cresceu 2,1% em média anual, enquanto o segmento juvenil aumentou em média 1,9% ao ano.

Mais recentemente, entre 1960 e 1980, a população jovem cresceu bem mais (3,2% ao ano) que a população total (2,7% ao ano), o que permitiu elevar a participação relativa dos jovens no total da população. A partir daí, a população jovem cresceu abaixo da população total. Entre 1980 e 2000, o segmento etário aumentou à taxa média anual de 1,5%, enquanto a população total cresceu 1,8% como média anual.

Essa breve recapitulação acerca da evolução da população total no Brasil é útil para identificar o movimento relativo do segmento juvenil. O decréscimo na participação relativa dos jovens no total da população geralmente é relacionado à chamada transição demográfica, em que a queda da fecundidade vem acompanhada, geralmente, do maior peso do segmento etário mais velho da população.

9. Para maiores detalhes a respeito da violência e faixa etária mais precoce ver: Westphal, M. (2002) *Violência e criança*. São Paulo, Edusp; Carlsson, U. & Feilitzen, C. (1999) *A criança e a violência na mídia*. São Paulo, Cortez; Abromovay, M. & Ruc, M. (2002) *Violência nas escolas*. Brasília, Unesco; Waiselfisz, J. (2004) *Relatório de desenvolvimento juvenil*. Brasília, Unesco.

dual alemão de aprendizagem na transição do sistema de ensino para o mundo do trabalho. Enfim, há necessidade inegável de o país trilhar um novo caminho para a juventude. Então, mãos à obra.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. (1997) "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Número especial.
- ABROMOVAY, M. e RUA, M. (2002) *Violência nas escolas*. Brasília, Unesco.
- ADORNO, S. (1998) "Violência criminal no Brasil". In: *Seminário Nacional sobre Emprego e Violência*. Brasília, CNPD.
- ANTUNES, R. (1999) *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo.
- ARENDT, H. (1995) *A condição humana*. 7. ed. Rio de Janeiro, Forense.
- BALANDIER, G. (1997) *A desordem*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BERQUÓ, E. (2001) *Migrações internacionais*. Brasília, CNPD.
- BOISSONNAT, J. (1998) *Horizontes do trabalho e do emprego*. São Paulo, LTR.
- BOUDER, A. et alii. (1995) "Analyse statistique de la situation des jeunes en Europe". *La Revue de l'Ires*. Paris, n. 12.
- CARLSSON, U. e FEILITZEN, C. (1999) *A criança e a violência na mídia*. São Paulo, Cortez.
- GAWRYSZEWSKI, U. (1991) *A mortalidade por causas externas no município de São Paulo*. São Paulo, FSP/USP.
- JANNUZZI, P. (2002) "Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990". *Economia e Sociedade*, Campinas IE/Unicamp, v. 11 (19), p. 238-55.
- JORGE, M. (1998) "Como morrem nossos jovens". In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, CNPD.
- LAFARGUE, P. (1999) *O direito à preguiça*. São Paulo, Hucitec.
- LEVI, G. & SCHMITT, J. (1996) *História dos jovens*. São Paulo, Cia. das Letras.
- MARX, K. (1984) *O capital*. Livro primeiro, v. I, cap. I. São Paulo, Difel.
- MELUCCI, A. e FABBRINI, A. (1992) *L'età dell'oro*. Milano, Feltrinelli.
- MELUCCI, A. (1997) "Juventude, tempo e movimentos sociais". *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, número especial, p. 5-14.
- PATARRA, N. (1995) *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Fnuap.
- PEDRAZZINI, Y. et alii. (1994) *Jeunes en révolte et changement social*. Paris, l'Harmattan.
- POCHMANN, M. (1998) *Inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. Campinas, IE/Unicamp.